



OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2025

No dia 11 de junho de 2025, das 9h30 às 12h, na Comarca de Quixadá, ocorreu a 2ª Audiência Pública da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará – Gestão 2025/2027, com a participação das Unidades Judiciárias que compõem as Comarcas de Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.

O encontro teve como objetivo ouvir as demandas, reclamações, comentários, elogios, manifestações sobre as metas do CNJ e críticas da sociedade em geral, de instituições públicas, magistrados, magistrados, servidores, servidoras e demais autoridades que atuam nas referidas Unidades Judiciárias.

Estiveram presentes a Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino – Ouvidora do Poder Judiciário; as Juízas e o Juiz Auxiliares da Ouvidoria - Dra. Danielle Pontes de Arruda Pinheiro, Dra. Cristiane Maria Martins Pinto de Faria e Dr. Antônio Edilberto Oliveira Lima; a equipe da Ouvidoria, composta por Terezinha de Jesus Mendes Vasconcelos – Coordenadora –, e pelas servidoras Diana Gleyce Bezerra Menezes Castro Araujo e Jéssica Loiola Rabelo; o Diretor do Fórum, Dr. Luiz Gustavo Montezuma Herbster; além de magistradas, magistrados, servidoras, servidores, Presidente e representantes da OAB - Subseção Sertão Central e público em geral.

A audiência foi aberta às 9h30 pela Ouvidora, Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino, que recepcionou os presentes — dentre eles, magistradas e magistrados das unidades participantes, servidoras, servidores e o público em geral, agradecendo o apoio dos envolvidos na organização do evento. Em seguida, a Ouvidora explicou aos presentes o papel da Ouvidoria, as funções de cada Juiz Auxiliar da Ouvidoria, bem como a divisão e o funcionamento da instituição. Depois, destacou que o maior objetivo é garantir a transparência do Poder Judiciário. Esclareceu, ainda, que todo o evento estava sendo gravado e que todos os pleitos seriam anotados e encaminhados aos setores competentes pelas demandas ali apresentadas.

Em seguida, foi iniciada a apresentação da cartilha da Ouvidoria, com uma explanação sobre “como” e “quando” é possível acionar a Ouvidoria, bem como em

quais situações a Ouvidoria não deve ser acionada. Também foram apresentados todos os canais disponíveis para o envio de manifestações, inclusive com exibição de vídeo institucional.

Na sequência, a Ouvidora convidou os Juízes para apresentarem as metas do CNJ, oportunizando aos presentes o espaço para apresentarem críticas e sugestões sobre o melhoramento das metas. O primeiro a se manifestar foi o Dr. Edilberto Lima, o qual, durante sua explanação, destacou que, dentro do material entregue havia material com perguntas disponíveis para que os presentes pudessem se manifestar sobre as metas do CNJ. Em seguida, a Dra. Cristiane Faria apresentou outro bloco de metas. Por fim, a Dra. Danielle Pontes apresentou as metas restantes e ressaltou que a Ouvidoria dispõe de um espaço reservado para que as mulheres façam suas manifestações.

Após a apresentação das metas, a Dra. Cristiane Maria expôs os questionamentos relativos às metas para o ano de 2026 e passou a palavra aos presentes, convidando-os a se manifestarem oralmente ou, se preferissem, por escrito — inclusive de forma anônima.

Em relação às Metas Nacionais do CNJ, o Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá, Dr. Wallton Pereira de Sousa Paiva, expressou preocupação com as metas do CNJ, considerando a alta demanda processual e a falta de estrutura (física e humana) para cumpri-las adequadamente. Sugeriu que as metas estruturais de 2026 sejam mais realistas e adaptadas à realidade local, ao invés de metas genéricas para todos os ramos da justiça. Além disso, sugeriu a criação de uma nova meta para mensurar a adequação estrutural dos fóruns nos Tribunais. Para o Juiz, as demandas estruturais deveriam se tornar uma meta própria do CNJ.

Ao tratar dos assuntos gerais, o primeiro a fazer uso da palavra foi o Dr. Luiz Gustavo Montezuma, Diretor do Fórum da Comarca de Quixadá, que deu as boas-vindas aos presentes, fez suas indagações e apresentou sugestões, como: (1) a Ouvidoria poderia usar as redes sociais como canal de comunicação; (2) solicitou reforço orçamentário para o Fórum da Comarca de Quixadá; (3) solicitou Segurança para o Fórum, bem como melhorias no sistema de áudio para as salas de depoimento especial. As manifestações foram devidamente anotadas para encaminhamento. Em seguida, a Ouvidora afirmou que está sempre buscando aprimorar a comunicação institucional, bem como a divulgação das ações da Ouvidoria.

Dr. Romero Lemos, Advogado, foi o próximo a se manifestar, solicitando melhorias no PJe — que, segundo ele, não trouxe benefícios — e a questão dos prazos para expedição dos RPVs. Na sequência, a servidora Yasmim Antunes Torres, Técnica Judiciária, trouxe observações sobre a estrutura do fórum e a limpeza do local. O Diretor do Fórum da Comarca de Quixadá, por sua vez, mencionou as limitações

orçamentárias para aquisição de materiais e destacou a necessidade de implantação de vigilância eletrônica para reforçar a segurança.

Na sequência, o Juiz Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá, Dr. Welithon Alves de Mesquita, abordou questões institucionais relacionadas ao Poder Judiciário e reforçou a importância do aumento da segurança nas Unidades. Ressaltou ainda a elevada demanda processual enfrentada por cada magistrado, o que dificulta o cumprimento das metas estabelecidas. O Dr. Francisco das Chagas da Silva, Advogado representante da OAB, relatou a dificuldade em se obter mais servidores no interior — tanto técnicos, quanto analistas —, o que compromete o suporte às atividades forenses. Apontou também que o sistema PJe tem sido um entrave para o bom andamento dos trabalhos. Em seguida, a Presidente da OAB, Dra. Emanuele Ferreira Nobre, apresentou as demandas de Quixadá e da região. Destacou que os magistrados locais são acessíveis, mas a escassez de servidores prejudica a celeridade processual.

Na oportunidade, o Diretor do Fórum da Comarca de Quixadá reforçou a fala, ressaltando a importância da contratação de mais servidores. A Ouvidora aproveitou a oportunidade para reafirmar que o Tribunal de Justiça irá realizar novos concursos e destacou a sensibilidade do atual Presidente, Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, com relação a essa pauta.

Por oportuno, o Diretor de Secretaria da 2ª Vara Criminal de Quixadá, Sr. Mikéias Viana, solicitou mais capacitações e treinamentos, além da melhoria na comunicação interna do Tribunal. Finalizou reforçando a necessidade de mais servidores.

Em seguida, o Procurador do Município de Quixadá, Dr. Gustavo Leite, tratou da prestação jurisdicional em Quixadá e questionou se a Ouvidoria possui alguma ação voltada para Comarcas com alto índice de congestionamento processual. De logo, o Juiz Auxiliar da Ouvidoria, Dr. Edilberto Lima, respondeu aos questionamentos, prestando os devidos esclarecimentos.

A próxima a se manifestar foi a servidora da 1ª Vara Cível de Quixadá, Sara Amélia, a qual apresentou demandas estruturais relacionadas à acessibilidade, solicitando, por exemplo, cadeiras de rodas no Fórum. Nesse momento, a Juíza Auxiliar da Ouvidoria, Dra. Cristiane Faria, orientou a equipe da Ouvidoria para registrar a solicitação e providenciar o devido encaminhamento da demanda.

Na sequência, o Diretor do Fórum da Comarca de Quixadá reiterou a baixa qualidade do sistema de captação de áudio nos depoimentos pessoais, o que compromete o trabalho forense. Em seguida, a Presidente da OAB, Dra. Emanuele Nobre, retomou a palavra para abordar as dificuldades enfrentadas pelas partes



que precisam se deslocar de Comarcas vizinhas, sugerindo a utilização de espaços nas Comarcas extintas para minimizar esses transtornos.

Por último, o Juiz Dr. Welithon Alves de Mesquita fez suas considerações finais, destacando carências estruturais nas comarcas e sugerindo a criação de um laboratório de inovação no Sertão Central.

Por fim, a Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino agradeceu a presença de todos, informando-lhes que as manifestações e sugestões registradas serão encaminhadas à Presidência do Tribunal de Justiça e à Diretora da ESMEC para a devida apreciação.

Após, sem mais nenhum assunto a ser tratado, a Audiência Pública da Ouvidoria foi dada por encerrada, às 12h, da qual lavrou-se a presente Ata.

Quixadá, 11 de junho de 2025


Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino
Ouvidora do Poder Judiciário do Estado do Ceará